

CONFERÊNCIA REGIONAL SUL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Eixo IV - Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social (Produção de
Conhecimento, Educação e CT&I, Democratização e Cidadania)

Coordenação
Maíra Baumgarten (FURG/UFRGS/SBPC - RS)

Relatoria
Marilene Mieko Yamamoto Pires (FAFIPA- PR)
Leandro Ramires Comassetto (UnC - SC)

Diagnóstico e diretrizes centrais

As articulações entre o campo de produção de ciência e tecnologia (C&T) e a sociedade são complexas, dinâmicas e interativas, sua otimização constitui-se em um dos grandes desafios para os cientistas e a sociedade brasileira. Atualmente não há uma adequada transferência e utilização dos conhecimentos produzidos (mediações entre instituições de pesquisa e sociedade), o que contribui para um relativo distanciamento entre produtores de conhecimento e instâncias sociais de aplicação do mesmo, minimizando as repercussões sociais da C&T brasileira. Ao mesmo tempo essa característica histórica da relação ciência-tecnologia-sociedade no Brasil dificulta a identificação e o acolhimento adequado das necessidades e demandas da sociedade no que se refere à ciência e à tecnologia. Questões nacionais como a degradação ambiental, a saúde pública, a qualidade nos serviços de saúde e nas escolas, a violência urbana, as desigualdades sociais, o desemprego, o acesso à informação, entre outros, não dependem apenas da C&T, mas em muito podem se beneficiar com maior participação de ciência e tecnologia na construção de alternativas que possam permitir o seu enfrentamento.

A presença do desenvolvimento social, particularmente da inclusão social na agenda das políticas de ciência e tecnologia é bastante recente no Brasil e pode-se afirmar que seu lugar nas prioridades do setor não é significativo, como se pode ver pela análise do montante de recursos concedidos para educação básica, extensão, divulgação e popularização de C&T, estudos de repercussões sociais da C&T, para o desenvolvimento de tecnologias sociais e também pela menor importância atribuída às ciências humanas relativamente às ciências naturais, e mais recentemente, às engenharias na gestão e no fomento à pesquisa. Um exemplo emblemático é a própria configuração proposta para a Conferência Nacional (e diretriz para as conferências estaduais e regionais) que coloca a questão da ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social como apenas um dos quatro eixos e não como o eixo central, como deveria ser em um país marcado pela desigualdade como o Brasil.

Ciência, tecnologia e inovação devem servir ao desenvolvimento social e à melhoria da vida das pessoas, apoiando a sustentabilidade do país e do planeta e possibilitando melhores condições de vida no presente, sem prejudicar as gerações futuras. Assim, além dos investimentos na produção de conhecimentos científicos e técnicos sobre a natureza e a sociedade é necessário também apoio e aporte de recursos para a divulgação da informação e do conhecimento. Entende-se a divulgação não apenas como a tradução da linguagem científica para o público leigo, mas como um processo que reflete a construção dos conhecimentos científicos, seus embates, diálogos e necessárias composições com o conhecimento social (ou prático) para o melhor direcionamento do desenvolvimento da sociedade em seus segmentos plurais (*ecologia dos saberes*). A divulgação

científica e as repercussões da produção de C&T na sociedade devem se constituir em política de fomento e de avaliação. Novos métodos para refletir sobre ciência para ensinar e para difundir conhecimentos devem se constituir em objetivo de professores, especialistas em educação e jornalistas científicos. Tanto o exercício da cidadania na sua plenitude, como a necessidade urgente de se atrair bons futuros pesquisadores e cientistas torna extremamente importante o entendimento e o debate público da ciência.

Um novo mundo, mais inclusivo e distributivo pode se tornar possível para a maior parte da população do planeta se e quando partirmos de uma lógica que coloque o social e o respeito ao planeta que habitamos como referências fundamentais da ação desenvolvimentista.

Com base nessas considerações e diretrizes propomos como ações prioritárias

1 - No que refere à construção da cultura científica:

- valorizar as atividades de divulgação científica como produção acadêmica, tanto nas instituições de ciência e tecnologia (ICT), como nas agências de fomento à pesquisa, promovendo a inclusão dessas atividades nos mecanismos de avaliação da produção científica e tecnológica nos ICT e nas agências (avaliação da pós-graduação - CAPES, CNPq) federais, estaduais e municipais de fomento. Ampliar os recursos para programas e ações de apoio à divulgação científica e criar (ou recriar/manter) comitês específicos (transdisciplinares) para o julgamento dessas atividades;
- Incluir a educação CTS (Ciência, tecnologia e sociedade) nas escolas, a partir da educação básica; capacitar e qualificar os professores dos diferentes níveis educacionais para o debate de ciência, tecnologia e sociedade nas escolas; apoiar e promover cursos de capacitação em CT&I para o desenvolvimento social, para gestores públicos, pesquisadores, estudantes e movimentos sociais, de forma a ampliar o potencial nacional de pesquisas e de elaboração de políticas adequadas para o setor. Reconhecer e incorporar ativamente, no que se refere à gestão e ao fomento à pesquisa, a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade do conhecimento e a diversidade dos atores envolvidos com a produção de CT&I para o desenvolvimento social;

C,T&I e Educação

- Promover educação integral, com maior permanência do aluno na escola; qualificar o ensino de ciências, de forma a atrair mais jovens para a carreira científica e tecnológica; incentivar as atividades de educação ambiental e a promoção da sustentabilidade ecológica em âmbito escolar e extra-escolar. Desenvolver e apoiar atividades de iniciação científica, feiras, laboratórios, olimpíadas e prêmios para a produção de conhecimentos desde a educação fundamental e em todas as áreas.
- Educação profissional com programas de permanência integral nas escolas com ações que estimulem e ajudem a desenvolver nos alunos um espírito criativo e inovador.

Atores Públicos e Privados e Inovação Social

- Garantir a participação da sociedade civil organizada nos espaços de formulação, implementação e avaliação da Política de C&T, mantendo mecanismos de controle social das

políticas públicas de ciência e tecnologia, criando e/ou colocando em operação os Conselhos de Ciência e Tecnologia em âmbito municipal e estadual;

- disseminar cultura inovadora no ambiente produtivo, ampliando assim os resultados dos investimentos em novas tecnologias bem como desenvolver uma cultura de responsabilidade social entre os agentes que atuam em CT&I nas IES, nos centros de pesquisa, nos institutos científicos e tecnológicos, no meio produtivo e nos governos municipais, estadual e federal, com vistas a melhorar a produtividade e a competitividade da indústria brasileira, e a apoiar a implementação de ações mais vinculadas às necessidades e carências sociais;

Tecnologias Sociais

- Abertura de linhas específicas de fomento às tecnologias sociais, com adequado montante de recursos; fomentar nas ICTs a cultura do desenvolvimento e da utilização social das tecnologias;
- Incentivar a implantação de cooperativas, incubadoras sociais e empreendimentos solidários como promotores de tecnologias sociais e processos de inclusão social; desenvolver ações de incentivo à participação de empresas em projetos sociais;

C&T, Democratização e Cidadania

- Promover o desenvolvimento sustentável ampliando o fomento à pesquisa “em busca da equidade” no que se refere ao desenvolvimento regional e ao incentivo para pesquisas em gestão ambiental. Adotar gestão integrada e participativa com vistas à mediação de conflitos setoriais, nos campos do saber e do conhecimento ligados a questões ambientais, urbanas e de saúde; apoiar e fomentar projetos de identificação e debate de repercussões sociais da ciência e tecnologia.
- Atentar para as disparidades internas às regiões e estados, desenvolvendo programas de fomento específicos para sanar essas disparidades. Estabelecer programas e linhas de pesquisa e desenvolvimento convergentes com as vocações regionais voltadas para a inovação com disponibilização e acesso de financiamento (democratização);

Políticas Públicas de C,T&I para o Desenvolvimento Social

- Cumprir os preceitos constitucionais dos Estados que determinam a aplicação dos percentuais previstos nas leis estaduais para fomento à pesquisa (Ciência, Tecnologia e Inovação). Fortalecer as FAPs e incentivar a atuação conjunta dessas com o MCT, CNPq e FINEP; destinar recursos para pesquisas que apoiem o desenvolvimento social, inclusão e equidade.
- Abrir os editais dos Fundos setoriais para a participação mais efetiva das diversas áreas do conhecimento, elaborar editais dos Fundos Setoriais com maior diversidade temática, desconcentrando áreas e facilitando a implementação efetiva da inter/transdisciplinaridade; promover a adequação dos comitês gestores dos fundos para avaliação dos projetos com temáticas ligadas ao desenvolvimento social; melhorar a inserção das ciências humanas e sociais nos fundos setoriais e/ou criar fundo setorial para as ciências humanas e educação com recursos provenientes do setor financeiro.